



Governo responde a proposta salarial da PF nesta sexta

Os ministros da Justiça e da Fazenda respondem nessa sexta-feira (23/4) às entidades de classe da Polícia Federal se concordam ou não com os quesitos expostos na nova negociação salarial da categoria –que, como tiro de aviso, promoveu uma primeira paralisação da PF nesta-quarta-feira (22/4).

Os representantes das entidades de classe da PF se reuniram na manhã desta quinta-feira com os secretários executivos dos ministérios da Justiça, do Planejamento e da Fazenda. Segundo as entidades de classe, “no encontro os servidores da PF apresentaram a proposta de um reajuste linear, e não diferenciado, conforme tabela apresentada anteriormente, de 30% para todas as categorias. Os outros 30% serão concedidos através da reestruturação da tabela de vencimentos dos policiais federais que deve acontecer nos próximos seis meses em compromisso interministerial que será firmado”.

Os representantes dos policiais federais acreditam que a medida não fere a legislação eleitoral que proíbe aumentos para o funcionalismo num prazo de 180 dias antes das eleições. Sustentam que não se trata de aumento real, mas de reposição salarial.

Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais, a Fenapef, os representantes de classe “tiveram acesso aos números do governo sobre o reajuste da PF. A partir da discussão em torno da proposta das entidades, os técnicos chegaram a um consenso sobre a linearidade da recomposição que será levada aos ministros da Fazenda e da Justiça que deverão dar a resposta ainda nesta sexta-feira”.

Para a Fenapef, “a proposta contempla inicialmente o acordo feito pelo ministro Márcio Thomaz Bastos com os servidores do DPF que previa a primeira parcela do reajuste de 30%. Na fórmula discutida entre os técnicos e o GERC, a segunda parcela será implementada a partir da criação de um Grupo composto por técnicos e servidores do DPF que trabalharão na reestruturação da tabela de vencimentos.”

Sustenta a Fenapef que “segundo o entendimento dos técnicos do governo, a retroatividade é impossível de ser aplicada em virtude do atraso na aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional. O Grupo de Trabalho encarregado de discutir a nova tabela de vencimentos vai embutir um índice equivalente à retroatividade, além dos da segunda parcela do reajuste para que os servidores não tenham nenhuma perda.”

A entidade ressalta que “os servidores administrativos por sua vez conquistaram o plano de carreira que deverá finalmente sair do papel. Segundo os técnicos do governo, os servidores administrativos do DPF tiveram reajuste acima da inflação quando deixaram o Plano de Cargos e Salários e no novo Plano de Cargos e Salários do PEC os vencimentos serão valorizados conforme atribuições e cargos”

A Fenapef explica que “entendemos que estávamos lutando pelo reajuste de 60%. Sendo trinta agora e os outros 30% em fevereiro de 2007. Portanto, aceita a proposta do GERC, estaremos recebendo agora o que seria recebido em oito meses. Em seis meses receberemos o restante”

A entidade é taxativa quanto a uma greve geral, que ocorreria na próxima segunda-feira, caso o governo tergiverse essa sexta-feira: “Sendo certo que, se formos enganados ou procrastinados, faremos a



mobilização que estamos fazendo hoje, porém já com os 30% recebidos.”

Date Created

22/06/2006